

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	49
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	50
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.100
Preferenciais	0
Total	7.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	16.416	16.414
1.01	Ativo Circulante	4	2
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	2	2
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2	2
1.02	Ativo Não Circulante	16.412	16.412
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.412	16.412
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	5.774	5.774
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	5.774	5.774
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	10.638	10.638
1.02.01.10.03	Outros Ativos	10.637	10.637
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	1	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	16.416	16.414
2.01	Passivo Circulante	449	452
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	150	150
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	150	150
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	150	150
2.01.02	Fornecedores	264	265
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	264	265
2.01.03	Obrigações Fiscais	35	37
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35	37
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3	5
2.01.03.01.03	Parcelamentos	32	32
2.02	Passivo Não Circulante	373.150	375.596
2.02.02	Outras Obrigações	21.416	20.658
2.02.02.02	Outros	21.416	20.658
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas	21.138	20.375
2.02.02.02.06	Parcelamentos	278	283
2.02.04	Provisões	351.734	354.938
2.02.04.02	Outras Provisões	351.734	354.938
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	351.734	354.938
2.03	Patrimônio Líquido	-357.183	-359.634
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-520.675	-523.126
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	41.710	41.710
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.114	-1.188
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-90	-121
3.04.02.01	De Administração	-90	-121
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.204	-1.067
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.114	-1.188
3.06	Resultado Financeiro	-664	-502
3.06.02	Despesas Financeiras	-664	-502
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.450	-1.690
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.450	-1.690
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.450	-1.690
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,34507	-0,23802
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,34507	-0,23802

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	2.450	-1.690
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.450	-1.690

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-762	-627
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-754	-623
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	2.450	-1.690
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.204	1.067
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8	-4
6.01.02.01	Fornecedores	-1	0
6.01.02.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-7	-4
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	764	627
6.03.02	Variação em Partes Relacionadas	764	627
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	44.734	-522.484	-1.992	-359.634
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	44.734	-522.484	-1.992	-359.634
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.450	0	2.450
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.450	0	2.450
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-225	225	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-225	225	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	44.509	-519.809	-1.992	-357.184

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	45.515	-456.299	-1.992	-292.668
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	45.515	-456.299	-1.992	-292.668
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.690	0	-1.690
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.690	0	-1.690
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Exercício	0	0	0	-1.690	0	-1.690
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-231	231	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-231	231	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.284	-457.758	-1.992	-294.358

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-23	-69
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23	-69
7.03	Valor Adicionado Bruto	-23	-69
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-23	-69
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.204	-1.067
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.204	-1.067
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.181	-1.136
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.181	-1.136
7.08.01	Pessoal	50	50
7.08.01.01	Remuneração Direta	50	50
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17	2
7.08.02.01	Federais	17	2
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	664	502
7.08.03.01	Juros	664	502
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.450	-1.690
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.450	-1.690

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	194.102	183.905
1.01	Ativo Circulante	46.086	35.650
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	208	244
1.01.03	Contas a Receber	39.035	28.312
1.01.03.01	Clientes	35.811	24.938
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.224	3.374
1.01.04	Estoques	6.419	6.168
1.01.04.01	Estoques	6.412	6.164
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	7	4
1.01.06	Tributos a Recuperar	424	926
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	424	926
1.02	Ativo Não Circulante	148.016	148.255
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	27.377	26.566
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	27.377	26.566
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	34.417	34.437
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	13.847	13.019
1.02.01.10.05	Outras Contas a Receber	13.482	13.479
1.02.01.10.06	(-) Provisão para Perda	-34.369	-34.369
1.02.02	Investimentos	30.810	31.162
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	30.810	31.162
1.02.03	Imobilizado	89.553	90.240
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	89.553	90.240
1.02.04	Intangível	276	287
1.02.04.01	Intangíveis	276	287

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	194.102	183.905
2.01	Passivo Circulante	432.095	419.270
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.694	12.229
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.694	12.229
2.01.02	Fornecedores	8.449	7.531
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.449	7.531
2.01.02.01.01	Fornecedores	8.449	7.531
2.01.03	Obrigações Fiscais	403.155	397.609
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	403.155	397.609
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias	396.493	390.977
2.01.03.01.03	Imposto Diferido	454	454
2.01.03.01.04	Parcelamentos	6.208	6.178
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	152	229
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	152	229
2.01.05	Outras Obrigações	7.645	1.672
2.01.05.02	Outros	7.645	1.672
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	1.092	385
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	6.553	1.287
2.02	Passivo Não Circulante	119.547	124.627
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	339	468
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	339	468
2.02.02	Outras Obrigações	76.084	77.601
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	32.518	32.972
2.02.02.02	Outros	43.566	44.629
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	330	410
2.02.02.02.07	Parcelamentos	43.236	44.219
2.02.03	Tributos Diferidos	15.993	16.106
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.993	16.106
2.02.04	Provisões	27.131	30.452
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.131	30.452
2.02.04.01.05	Provisões para Contingencias	27.131	30.452
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-357.540	-359.992
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-520.675	-523.126
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	41.710	41.710
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-357	-358

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	57.258	49.257
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-39.741	-39.961
3.03	Resultado Bruto	17.517	9.296
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.250	-4.066
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.214	-2.031
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.939	-1.575
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	254	410
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.351	-870
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.267	5.230
3.06	Resultado Financeiro	-6.421	-6.921
3.06.01	Receitas Financeiras	21	51
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.442	-6.972
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.846	-1.691
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-394	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.452	-1.691
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.452	-1.691
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.450	-1.690
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2	-1
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,34535	-0,23817
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,34535	-0,23817

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.452	-1.691
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.452	-1.691
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.450	-1.690
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2	-1

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.179	1.045
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.714	4.693
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	2.450	-1.690
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.523	1.463
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Contingências	1.383	507
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	174	4
6.01.01.06	Participação de Minoritários	2	-1
6.01.01.07	Encargos Financeiros s/ Empréstimos	14	36
6.01.01.09	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado Intangível	68	11
6.01.01.11	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	-113	-119
6.01.01.12	Atualização de Passivos Tributários	4.213	4.482
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.535	-3.648
6.01.02.01	Clientes	-11.047	-5.017
6.01.02.02	Estoques	-248	-431
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedores	-3	32
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	522	248
6.01.02.05	Outras contas a Receber	147	1.058
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	-828	-94
6.01.02.09	Fornecedores	918	1.037
6.01.02.11	Impostos, Taxas e Contribuições	350	412
6.01.02.12	Salários a Pagar e Provisões	465	278
6.01.02.13	Adiantamento de Clientes	707	-280
6.01.02.15	Provisão p/ Contingências	-4.704	-780
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	5.186	-111
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-541	-598
6.02.01	Variação de Ativo Imobilizado	-537	-597
6.02.02	Variação de Ativo Intangível	-4	-1
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-674	-149
6.03.05	Partes Relacionadas	-454	70
6.03.07	Variação Empréstimos e Financiamentos	-220	-219
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-36	298
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	244	237
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	208	535

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	44.734	-522.484	-1.992	-359.634	-356	-359.990
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	44.734	-522.484	-1.992	-359.634	-356	-359.990
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.450	0	2.450	2	2.452
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-225	225	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	44.509	-519.809	-1.992	-357.184	-354	-357.538

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	45.515	-456.299	-1.992	-292.668	-295	-292.963
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	45.515	-456.299	-1.992	-292.668	-295	-292.963
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.690	0	-1.690	-1	-1.691
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-231	231	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-231	231	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.284	-457.758	-1.992	-294.358	-296	-294.654

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

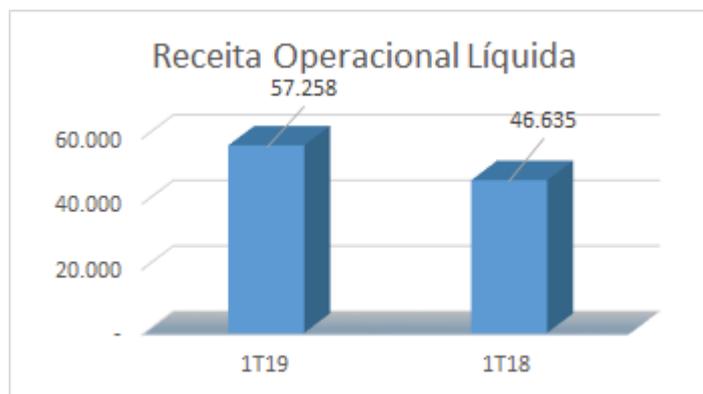
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	60.691	49.464
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	60.659	49.102
7.01.02	Outras Receitas	206	366
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-174	-4
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-23.418	-19.065
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-19.314	-15.307
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.104	-3.758
7.03	Valor Adicionado Bruto	37.273	30.399
7.04	Retenções	-1.523	-1.463
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.523	-1.463
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	35.750	28.936
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	69	95
7.06.02	Receitas Financeiras	21	51
7.06.03	Outros	48	44
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	35.819	29.031
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	35.819	29.031
7.08.01	Pessoal	21.588	21.237
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.761	17.554
7.08.01.02	Benefícios	2.428	2.466
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.399	1.217
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.337	2.513
7.08.02.01	Federais	3.229	1.093
7.08.02.02	Estaduais	2.108	1.420
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.442	6.972
7.08.03.01	Juros	6.442	6.972
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.452	-1.691
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.450	-1.690
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2	-1

Comentário do Desempenho

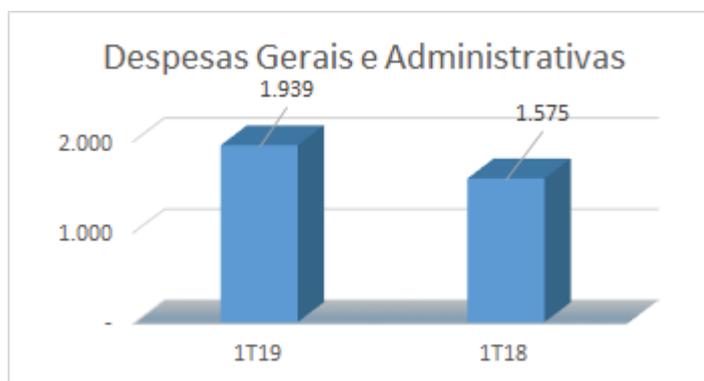
Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

COMENTARIO DO DESEMPENHO DO TRIMESTRE**Receita operacional líquida**

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R\$ 57.258 no primeiro trimestre de 2019 e de R\$ 46.635 no primeiro trimestre de 2018. O aumento em torno de 22,78 % na receita líquida da Companhia está associado diretamente ao incremento da comercialização dos produtos industrializados.

**Despesas gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas no primeiro trimestre de 2019 totalizaram R\$ 1.939, sendo de R\$ 1.575 no primeiro trimestre de 2018. O aumento de 23,11% está relacionado a serviços administrativos de terceiros, assim como aumento de quadro de lotação e atualização dos gastos com folha de pagamento.

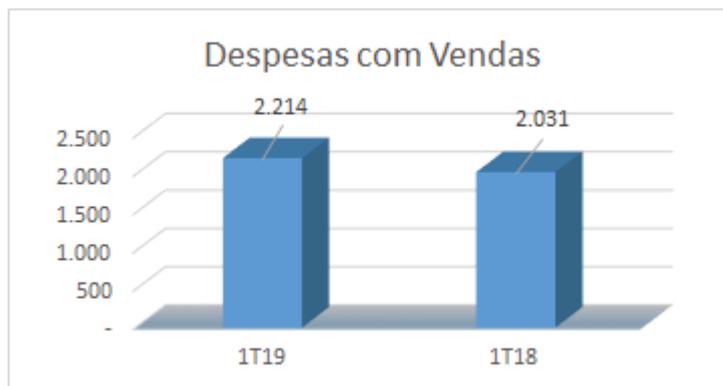


Comentário do Desempenho

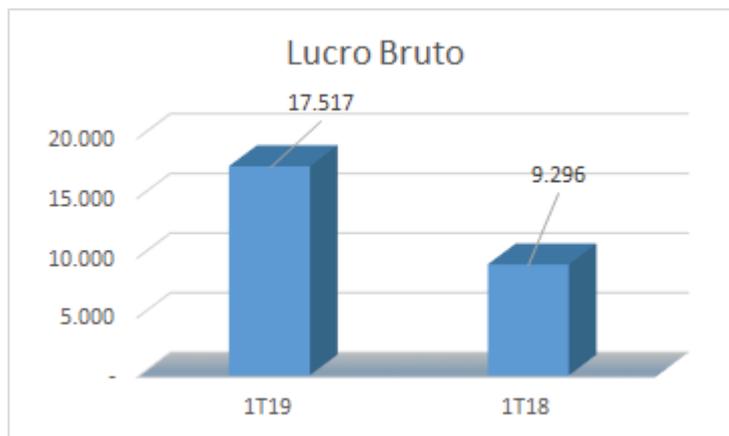
Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

Despesas com vendas

No primeiro trimestre de 2019 as despesas com vendas totalizaram R\$ 2.214 milhões, sendo que no primeiro trimestre de 2018 ficou em R\$ 2.031 milhões, equivalentes a 3,87 % e 4,36 % respectivamente da receita operacional líquida.

**Lucro bruto**

O Lucro Bruto totalizou R\$ 17.517 no primeiro trimestre de 2019, equivalente a 30,59 % da receita operacional líquida. No mesmo período em 2018 alcançou R\$ 9.296, equivalente a 19,93 % da receita operacional líquida.



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais para os períodos findos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis individuais e consolidadas da Minupar foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minupar entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 14, 15 e 16).

1.3 - Continuidade operacional

A administração da Companhia vem atuando fortemente na reestruturação da dívida tributária, e neste sentido, em novembro de 2017 a sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos aderiu ao parcelamento instituído pela Lei 13.496/2017 - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, permitindo parcelamentos de débitos fiscais vencidos até abril de 2017 com descontos e utilização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débitos tributários.

Na mesma linha, também mantêm em andamento outros parcelamentos especiais, quais sejam: Parcelamentos Especiais das Leis 11.941/09 e 12.996/14, conforme nota explicativa 16.

Importante destacar, que o passivo tributário federal, reconhecido contabilmente, inclusive o que fora indicado em parcelamentos mantidos pela Companhia, continua sendo objeto do trabalho de revisão.

Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo, a manutenção destas atividades só se faz possível visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região do Vale do Taquari (RS). As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de recria e granja de produção, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves

habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis trimestrais individuais e consolidadas do período de 31 de março de 2019 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 15 de maio de 2019, a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao primeiro trimestre de 2019.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo comitê de pronunciamentos

contábeis (CPC), aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações contábeis individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 8);
- Propriedades para investimentos (nota 9.b)
- Imobilizado (nota 10)
- Intangível (nota 11)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.7 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.11 Investimentos

3.11.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.11.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.12 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.13 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

3.14 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.16 Estimativas dos ativos e passivos contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedem à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.17 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

3.18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.19 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos no CPC 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.20 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.21 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

- (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, "Impairment" e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.22 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

3.23 Adoção as novas normas contábeis

A partir de 01 de janeiro de 2019, entrou em vigência o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela NBC TG 06 e CVM 787/2017, o qual trouxe mudanças significativas nos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, todavia, tais alterações não produziram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que não existem contratos com características passíveis das alterações trazidas no referido CPC 06.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Caixa	-	-	6	5
Bancos - conta corrente	2	-	202	239
Total	2	-	208	244

5 - Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Mercado interno	-	-	31.015	21.572
Mercado externo	-	-	5.879	5.288

(-) Provisão para perda	-	-	(997)	(823)
(-) Vendas não efetivadas	-	-	(86)	(1.099)
Subtotal	-	-	35.811	24.938
(-) Adiantamentos de clientes	-	-	(1.092)	(385)
Saldo líquido de contas a receber	-	-	34.719	24.553

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais.

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Produtos prontos	-	-	1.224	473
Produtos em elaboração	-	-	40	69
Matérias primas	-	-	1.202	1.123
Materiais de embalagem	-	-	1.392	1.443
Materiais de manutenção	-	-	2.506	2.319
Vendas não efetivadas	-	-	48	737
Total	-	-	6.412	6.164

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência. Através da adoção da deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

7 - Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
IRRF a recuperar	-	-	3	2
IRPJ a recuperar	-	-	2	2
CSLL a recuperar	2	2	2	2
PIS e COFINS a recuperar	-	-	6	4
ICMS a recuperar	-	-	115	618
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	94	96
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	202	202
Circulante	2	2	424	926
Crédito prêmio IPI s/ exportações	-	-	34.369	34.369 (a)
(-) Provisão para perda	-	-	(34.369)	(34.369) (a)
ICMS a recuperar - imobilizado	-	-	48	68
Não Circulante	-	-	48	68
Total	2	2	472	994

a) Crédito prêmio IPI

O montante de R\$ 34.369 mil refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4.

Tendo como base a avaliação apresentada no relatório dos assessores jurídicos da Companhia do processo em epígrafe, assim como as indicações constantes na norma brasileira de contabilidade técnica geral nº 25 - “NBC TG 25”, aprovada pela comissão de valores mobiliários através da instrução CVM nº 594/09, a Companhia procedeu ao reconhecimento da provisão para perda deste crédito, embora entenda que existe grande chance deste valor ser convertido no futuro.

Nos parágrafos a seguir se relata uma breve explanação sobre o histórico do processo vinculado ao crédito prêmio IPI:

No ano de 2009, com a decisão do supremo tribunal federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do decreto lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº.

87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R\$ 34.369 mil no ativo não circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Companhia, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de recurso voluntário ao conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, conseqüentemente, não reconheceu o direito ao crédito à controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na ação ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma ação anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo ministério do desenvolvimento indústria e comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª vara federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

8 - Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Agostinho Carrer Part. Ltda	10.637	10.637	10.637	10.637 (i)
Outros	-	-	2.845	2.842
Total	10.637	10.637	13.482	13.479

(i) Acerca do saldo apresentado na rubrica de Outros Ativos, cabe ressaltar que o montante de R\$ 10.637 refere-se a saldo de créditos oriundos de transferências financeiras realizadas junto a empresa Agostinho Carrer Part. Ltda.

9 - Investimentos

a) Participações societárias

Em 31/03/2019 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	99,99%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2018	(260.475)	(94.463)	(354.938)
+/- Equivalência patrimonial	2.351	853	3.204
Provisão para perda de investimento em 31/03/2019	(258.124)	(93.610)	(351.734)

b) Propriedades para investimento

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	31/03/2019			31/12/2018		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	26.554	(7.110)	19.444	26.554	(7.110)	19.444
Máquinas e equipamentos	12.906	(7.137)	5.769	13.558	(7.439)	6.119
Outros	535	(360)	175	541	(364)	177
(-) Impairment	(2.320)	-	(2.320)	(2.320)	-	(2.320)
Total	45.417	(14.607)	30.810	46.075	(14.913)	31.162

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2018 foram avaliados por meio de cotação junto a imobiliária, e desta avaliação não foi identificada necessidade de ajuste por perda de ativo para este exercício. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o primeiro trimestre de 2019, não identificamos quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em
	31/12/2018					31/03/2019
Terrenos	7.742	-	-	-	-	7.742
Obras civis	19.444	-	-	-	-	19.444
Máquinas e equipamentos	6.119	-	-	-	(350)	5.769
Outros	177	-	-	-	(2)	175
(-) Impairment	(2.320)	-	-	-	-	(2.320)
Total	31.162	-	-	-	(352)	30.810

10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	Taxas	31/03/2019			31/12/2018		
		Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	15.593	-	15.593
Prédios	2,50%	70.303	(21.065)	49.238	70.303	(20.582)	49.721
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	52.555	(33.225)	19.330	51.943	(32.049)	19.894
Moveis e utensílios	8,33%	4.139	(3.032)	1.107	4.107	(2.930)	1.177
Computadores e periféricos	33,33%	1.147	(822)	325	1.135	(788)	347
Veículos	20,00%	646	(627)	19	646	(622)	24
Imobilizações em andamento	-	3.941	-	3.941	3.484	-	3.484
Outros	-	14	(14)	-	14	(14)	-
Total		148.338	(58.785)	89.553	147.225	(56.985)	90.240

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em			Deprec.	Transf.	Saldo em	
	31/12/2018	Adições	Baixas			31/03/2019	
Terrenos	15.593	-	-	-	-	-	15.593
Prédios	49.721	-	-	(483)	-	-	49.238
Maquinas e equipamentos	19.894	38	(68)	(887)	353	-	19.330
Moveis e utensílios	1.177	27	-	(100)	3	-	1.107
Computadores e periféricos	347	11	-	(33)	-	-	325
Veículos	24	-	-	(5)	-	-	19
Imobilizações em andamento	3.484	461	-	-	(4)	-	3.941
Total	90.240	537	(68)	(1.508)	352	-	89.553

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o primeiro trimestre de 2019, não identificamos quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	31/03/2019			31/12/2018		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	435	(307)	128	431	(292)	139
Marcas e Patentes	-	148	-	148	148	-	148
Total		583	(307)	276	579	(292)	287

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em					Saldo em
	31/12/2018	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	31/03/2019
Softwares	139	4	-	(15)	-	128
Marcas e Patentes	148	-	-	-	-	148
Total	287	4	-	(15)	-	276

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o primeiro trimestre de 2019, não identificamos quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

12 - Empréstimos e financiamentos

Instituição	Encargos	Vcto	Controladora		Consolidado	
			31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	110	189 (a)
Banrisul - consórcio	-	-	-	-	42	40
	Circulante		-	-	152	229
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	110	236 (a)
Banrisul - Consórcio	-	-	-	-	229	232
	Não circulante		-	-	339	468

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

13 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	264	265	8.449	7.531
Total	264	265	8.449	7.531

Conforme determina a deliberação CVM nº 564/08, a partir de 2015 a administração da Companhia suspendeu o reconhecimento do ajuste a valor presente pelo fato dos fornecedores tratarem-se de operações passivas de curto prazo sobre as quais o ajuste a valor presente não produz efeito relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis.

14 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Provisões de férias e 13º salário	-	-	7.483	7.891

Salários / Pró-labore a pagar	150	150	2.421	2.415
Rescisões a pagar	-	-	79	9
Outras obrigações a pagar	-	-	2.711	1.914
Total	150	150	12.694	12.229

15 - Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
INSS a recolher	3	4	204.977	203.508
FGTS a recolher	-	-	3.089	1.913
IRRF a recolher	-	1	413	507
IRPJ a recolher	-	-	95.697	94.776
CSLL a recolher	-	-	34.652	34.316
COFINS a recolher	-	-	43.582	43.340
PIS a recolher	-	-	9.227	9.176
Impostos Retidos	-	-	412	421
ICMS a recolher	-	-	1.778	1.757
Outros	-	-	2.666	1.263
Total	3	5	396.493	390.977

No decorrer do ano de 2018, com intuito de promover a transparência e uma visão realística das suas obrigações tributárias, a administração da Companhia aperfeiçoou seus controles internos, políticas institucionais e manuais de procedimentos operacionais. Nesse processo, foram identificados fatos novos, correspondentes às atuais obrigações relacionadas ao seu passivo tributário e encargos legais decorrentes, cuja avaliação da obrigação foi classificada com grande chance de exigibilidade e execução.

Diante da análise realizada em 2018, foi possível discriminar os débitos em duas categorias: valores no âmbito da RFB - Receita Federal do Brasil, e valores no âmbito da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no quadro abaixo são demonstrados os débitos de forma segregada.

	31/03/2019			31/12/2018		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	31.834	173.143	204.977	31.540	171.968	203.508
FGTS a recolher	401	2.688	3.089	578	1.335	1.913
IRRF a recolher	413	-	413	507	-	507
IRPJ a recolher	4.648	91.049	95.697	4.311	90.465	94.776
CSLL a recolher	1.689	32.963	34.652	1.563	32.753	34.316
COFINS a recolher	2.497	41.085	43.582	2.521	40.819	43.340
PIS a recolher	542	8.685	9.227	547	8.629	9.176
Impostos Retidos	-	412	412	-	421	421
ICMS a recolher	185	1.593	1.778	170	1.587	1.757
Outros	649	2.017	2.666	642	621	1.263
Total	42.858	353.635	396.493	42.379	348.598	390.977

Os fatores destacados nesse processo apontaram a necessidade de recomposição de determinados débitos tributários, assim como atualização de encargos legais de parte do passivo tributário, em decorrência do que dispõe Lei nº 10.522/2002, cuja situação encontra-se em estágio avançado de cobrança, nos termos de prognóstico de probabilidade apurado com os critérios previstos na norma NBC TG 25. A análise dos fatores intrínsecos às avaliações supramencionadas foram formalizadas através de revisão feita pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais apresentaram parecer indicando que existe risco iminente em relação a cobrança das dívidas ajustadas.

16 - Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Parcelamento - PERT (a)	-	-	1.118	1.103
Parcelamento - Lei 12.996/14	24	24	1.800	1.829
Parcelamento - Lei 11.941/09	8	8	8	8
Parcelamento - FGTS	-	-	647	642
Parcelamento - ICMS	-	-	202	203
Parcelamento - IOF	-	-	64	80
Parcelamento - Ordinário	-	-	2.369	2.313
Circulante	32	32	6.208	6.178
Parcelamento - PERT (a)	-	-	10.828	10.957
Parcelamento - Lei 12.996/14	240	243	18.000	18.291
Parcelamento - Lei 11.941/09	38	40	38	40
Parcelamento - FGTS	-	-	6.456	6.561
Parcelamento - ICMS	-	-	677	717
Parcelamento - IOF	-	-	16	20
Parcelamento - Ordinário	-	-	7.221	7.633
Não circulante	278	283	43.236	44.219

(a) A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2018	(12.397)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2018	972
Saldo remanescente em 31/12/2018	12.060
(+) Atualização Selic de Jan-19 até Mar-19	163
(-) Pagamentos efetuados de Jan-19 até Mar-19	(277)
Total	11.946
Circulante	1.118
Não circulante	10.828

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da receita federal do Brasil	Débitos previdenciários	8.078
	Demais débitos	1.729
Procuradoria-geral da fazenda	Débitos previdenciários	856
	Demais débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes do previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta o racional e memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria-Geral da Fazenda	Débitos previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total			<u>46.741</u>	<u>(9.349)</u>	<u>37.392</u>		<u>25.218</u>

Há de se notar que não foi concedida anistia de multa, juros e encargos legais para as modalidades perante a Receita Federal do Brasil.

Após a adesão ao PERT, a Companhia recebeu e respondeu às intimações e aos avisos, os quais informavam a existência de possíveis causas de sua exclusão do parcelamento das modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por suposto descumprimento do artigo 1º, Parágrafo 4º, incisos III e V, da Lei 13.496/17, consoante disposto no artigo 17, incisos VII e VIII da Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017:

Diante disso, a Companhia tem adotado medidas para a sua manutenção no PERT, especificamente:

(i) Quanto aos débitos em aberto decorrentes da incidência sobre a redução das multas e do juros moratórios em virtude da adesão ao PERT de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Companhia buscou liquidar tais valores por meio de Declaração de Compensação, de procedimento administrativo sob nº 13052.720038/2019-57, a qual está sob análise do setor público fiscal competente.

(ii) Quanto aos débitos previdenciários em aberto, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário instituído pela Lei 10.522/2002, tratado no processo administrativo nº 13052.720.217/2018-11. O parcelamento está sob análise da fiscalização federal em razão da pendência de formalização de garantia nomeada nos autos das Execuções Fiscais nº 5000467-10.2018.4.04.7114 e 5003024-67.2018.4.04.7114, consoante determinando pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) Quanto aos débitos de Contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Companhia busca a emissão de Certificado de Regularidade do FGTS - CRF perante a Caixa Econômica Federal, tendo em vista que há regular penhora de bens relacionada à Execução Fiscal nº 5005346-94.2017.4.04.7114, cuja cobrança é combatida por meio dos Embargos à Execução Fiscal nº 5000691-11.2019.4.04.7114.

16.1 Programas de parcelamentos fiscais

A Companhia incluiu a maioria dos passivos tributários existentes em 2009, 2010 e 2013 na MP 470/2009 e nos parcelamentos advindos das leis 11.941/2009 e 12.996/2014, bem como a quitação antecipada de alguns parcelamentos existentes com base na lei nº 13.043/2014, contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída do parcelamento da lei 11.941/2009, por inadimplência. Com a adesão à MP 470/2009 a controlada Companhia Minuano reconheceu a inexistência do crédito prêmio IPI - exportação posterior a 05 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento integral do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito. Tal compensação não foi reconhecida pelo Fisco sendo que os referidos débitos são objeto de cobrança. Em momento oportuno, a Controlada estará levando a discussão esse tema, visto que boa parte do valor que originou o referido débito no ano de 2006, foi reformulado mediante a decisão do STF em limitar em 05 de outubro de 1990 o direito ao crédito prêmio IPI - exportação.

16.1.1 Medida provisória nº 470/2009

A Companhia formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na medida provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de "principal" dos tributos,

com benefícios de redução de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante liquidado com créditos tributários de IRPJ e CSLL decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a receita federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada. Tais alegações de inconsistências foram objeto de ação administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento à época.

MP 470/2009	
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(37.683)
Total	-

Contudo, conforme assessoria jurídica da controlada indireta, há uma probabilidade possível de exclusão de valores do parcelamento no montante de R\$ 35.279 mil.

16.1.2 Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido incluídos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

17- Impostos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	120	120
Total - Circulante	-	-	454	454
IRPJ diferido s/custo atribuído	-	-	11.760	11.843
CSLL diferido s/custo atribuído	-	-	4.233	4.263
Total - Não circulante	-	-	15.993	16.106

18 - Partes relacionadas

a) Remuneração dos administradores

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, tanto de suas controladas diretas como de sua controlada indireta foi fixada na assembleia geral ordinária realizada em 03 de maio de 2019 da seguinte forma:

- a) Minupar - em até R\$ 250 mil;
- b) Sulaves - em até R\$ 250 mil;
- c) Valepar - em até R\$ 250 mil; e
- d) Minuano - em até R\$ 1.200 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração percebida no primeiro trimestre de 2019:

	Controladora	Consolidado
Conselho de administração	23	23
Diretoria executiva	18	192

b) Operações com partes relacionadas

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Valepar S/A	514	514	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Total	5.774	5.774	-	-
Passivo não circulante	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Serra do Roncador Part. Ltda	-	-	22.664	23.779
Companhia Minuano	11.284	11.181	-	-
Acionistas e outros	9.854	9.194	9.854	9.193
Total	21.138	20.375	32.518	32.972

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros praticados nas operações estão dentro das remunerações praticadas pelo mercado.

19 - Provisão para contingência e Depósitos Judiciais

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de março de 2019 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Natureza	31/03/2019			31/12/2018		
	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	10.994	3.857	7.137	10.521	3.543	6.978
Cível	16.137	9.990	6.147	19.931	9.476	10.455
Tributária	-	-	-	-	-	-
Total	27.131	13.847	13.284	30.452	13.019	17.433

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de março de 2019, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 48.100, destes, R\$ 31.107 são relativos a natureza civil e R\$ 16.993 são relativos a natureza trabalhista.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 7, 15 e 16.

20 - Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

21 - Cobertura de seguros

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado abaixo no quadro de valores em risco declarados:

Local de risco	Prédio	Máquinas	Mercadorias	Vigência
Sede Administrativa	3.500	1.540	-	16/04/2019 a 16/04/2020
Abatedouros	27.000	36.500	7.760	16/04/2019 a 16/04/2020
Fábrica de embutidos	4.800	6.500	3.600	16/04/2019 a 16/04/2020
Fábrica de rações	7.000	4.500	10.000	16/04/2019 a 16/04/2020
Incubatório	5.000	4.000	7.020	16/04/2019 a 16/04/2020
Central de ovos	1.000	500	-	16/04/2019 a 16/04/2020
Granja Matrizes	7.092	-	-	18/08/2018 a 18/08/2019
Granja Recria - Frangos	1.800	-	-	24/06/2018 a 24/06/2019
Total	57.192	53.540	28.380	

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

22 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 22% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e

suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

A Companhia informa que procedeu com análise das referidas orientações previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, e informa que, embora tenham ocorridas alterações significativas relativas a avaliação e classificação de ativos e passivos financeiros, não foi identificado qualquer mudança de critério já adotado pela Companhia que pudesse causar impacto nas Demonstrações Contábeis e referidas notas explicativas.

23 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada:

	31/03/2019			31/03/2018		
	Mercado	Mercado	Total	Mercado	Mercado	Total
	Interno	Externo		Interno	Externo	
Receita bruta de produtos e serviços	48.324	12.450	60.774	40.402	8.855	49.257
(-) Impostos	(3.401)	-	(3.401)	(2.467)	-	(2.467)
(-) Devoluções	(115)	-	(115)	(155)	-	(155)
Receita líquida de produtos e serviços	44.808	12.450	57.258	37.780	8.855	46.635

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas no CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

24 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Salários	-	-	13.400	12.237
Matérias primas	-	-	7.208	6.198
Encargos sociais	-	-	3.486	3.080
Energia elétrica	-	-	3.360	2.928
Manutenção Industrial	-	-	1.986	2.409
Benefícios a empregados	-	-	2.272	2.345
Depreciações	-	-	1.372	1.383
Férias e 13º salário	-	-	2.316	2.497
Serviço de terceiros	-	-	1.358	1.235
Materiais de embalagem	-	-	1.069	1.111
Combustíveis e lubrificantes	-	-	357	406
Locações / Aluguéis	-	-	341	372
Indenizações trabalhistas	-	-	49	37
Equipamento de proteção	-	-	375	293
Taxas e encargos legais	-	-	154	141
Análises laboratoriais	-	-	172	289
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	161	153
Outros gastos	-	-	305	225
Total	-	-	39.741	37.339

25 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Salários	41	41	701	589
Serviço de terceiros	19	27	506	353
Encargos sociais	8	8	144	112
Benefícios a empregados	-	-	149	118
Depreciações	-	-	75	75
Férias e 13º salário	-	-	143	106
Manutenção industrial	-	-	22	12
Viagens e estadias	1	3	12	20
Taxas e encargos legais	17	2	51	12
Telefonia	-	-	23	17
Publicidade e propaganda	-	35	-	37
Energia elétrica	-	-	25	18
Outros gastos	4	5	88	106
Total	90	121	1.939	1.575

26 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Fretes rodoviários e marítimos	-	-	1.205	1.204
Custos aduaneiros	-	-	328	387
Salários	-	-	112	105
Serviço de terceiros	-	-	80	89
Publicidade e propaganda	-	-	93	83
Comissões sobre vendas	-	-	89	71
Provisões para perda	-	-	174	-
Encargos sociais	-	-	25	21
Telefonia	-	-	18	20
Análises laboratoriais	-	-	10	-
Férias e 13º salário	-	-	24	22
Benefícios a empregados	-	-	11	8
Combustíveis e lubrificantes	-	-	2	8
Viagens e estadias	-	-	16	5
Depreciações	-	-	1	1
Outros gastos	-	-	26	7
Total	-	-	2.214	2.031

27 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Recomposição de débitos fiscais	-	-	1.616	22
Despesas gerais	-	-	227	99
Custo na alienação de ativos	-	-	5	15
Provisão para contingencias	-	-	2.487	715
Reversão de créditos tributários	-	-	16	19
Total	-	-	4.351	870

28 - Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Créditos tributários	-	-	113	195
Receitas gerais	-	-	141	215
Total	-	-	254	410

29 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Juros de atualização de dívidas tributárias	3	3	4.058	5.057
Juros de operações com partes relacionadas	661	499	1.706	1.531
Pis/Cofins s/receita financeira	-	-	1	4
Despesas decorrentes de títulos descontados	-	-	66	195
Descontos financeiros concedidos	-	-	119	87
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	14	36
Juros sobre compra a prazo	-	-	28	29
Variações cambiais passivas	-	-	51	33
Encargos legais	-	-	399	-
Total	664	502	6.442	6.972

30 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Variações cambiais ativas	-	-	-	34
Descontos financeiros obtidos	-	-	12	4
Outras receitas financeiras	-	-	9	13
Total	-	-	21	51

31 - Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;

b) Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Industrializados		Frigorífico - Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Receita bruta	24.976	18.423	35.798	30.834	-	-	60.774	49.257
Impostos e devoluções	(3.153)	(2.285)	(363)	(337)	-	-	(3.516)	(2.622)
Receita líquida	21.823	16.138	35.435	30.497	-	-	57.258	46.635
Custos	(14.122)	(10.838)	(25.619)	(26.501)	-	-	(39.741)	(37.339)
Lucro bruto	7.701	5.300	9.816	3.996	-	-	17.517	9.296
Despesas administrativas	-	-	-	-	(1.939)	(1.575)	(1.939)	(1.575)
Despesas com vendas	(2.186)	(1.962)	(28)	(69)	-	-	(2.214)	(2.031)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(4.351)	(870)	(4.351)	(870)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	254	410	254	410
Resultado antes dos efeitos financeiros	5.515	3.338	9.788	3.927	(6.036)	(2.035)	9.267	5.230
Despesas financeiras	-	-	-	-	(6.442)	(6.972)	(6.442)	(6.972)
Receitas financeiras	-	-	-	-	21	51	21	51
Resultado antes dos tributos	5.515	3.338	9.788	3.927	(12.457)	(8.956)	2.846	(1.691)
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(394)	-	(394)	-
CSLL e IRPJ diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	5.515	3.338	9.788	3.927	(12.851)	(8.956)	2.452	(1.691)
					Atribuído a acionistas não controladores		2	(1)
					Atribuído a acionistas controladores		2.450	(1.690)



32 - Resultado por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

	31/03/2019	31/03/2018
Quantidade de ações	7.100	7.100
Prejuízo líquido do exercício (consolidado)	2.452	(1.691)
Resultado diluído por ação	0,34535	(0,23817)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

33 - Outras informações

Em assembleia geral ordinária realizada em 03 de maio de 2019, a Companhia elegeu seu conselho de administração, com mandato de 1 ano, composto por: Chao En Ming, Antonio Carlos Rago Cano, Cynthia Christina da Silva Vello e Welinton Balderrama dos Reis, no mesmo dia também foi realizada a primeira reunião do novo conselho de administração, o qual nomeou os membros para diretoria executiva estatutária da Minupar Participações S.A., com mandato de 1 ano, composta por: Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora presidente, Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora, e Sr. Samuel Heydt como diretor de relações com investidores.

Com relação as controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., em assembleia geral ordinária realizada no dia 03 de maio de 2019, foram eleitos: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora, e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano, e quanto a controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foram nomeados: Sra. Margareth Schacht Herrmann como diretora presidente, Sra. Carla Luciane Diedrich como diretora e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como diretora, com mandato de 1 ano.



Conselho de Administração

Antonio Carlos Rago Cano
Presidente

Welinton Balderrama dos Reis
Vice-Presidente

Chao En Ming
Conselheiro

Cynthia Christina da Silva Vello
Conselheira

Diretoria Executiva

Carla Luciane Diedrich
Diretora Presidente

Margareth Schacht Herrmann
Diretora

Samuel Heydt
Diretor de Relações com Investidores

Contador

Fernando Ataide Silva Jorge
Contador - CRC/RS 076618/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Conselho e Acionistas da

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Lajeado / RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a Norma NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

1. Provisão Crédito Prêmio IPI

Conforme detalhado na nota explicativa 7.a, o montante de R\$ 34.369 mil, da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Este processo foi analisado pelos assessores jurídicos da Companhia e em conjunto com a administração, os quais avaliaram a probabilidade de perda como “provável”. Considerando a avaliação e o atual estágio da ação, a administração manteve o registro da provisão para perda constituída no exercício de 2017, com isso, não afeta a posição patrimonial da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2. Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento

Conforme divulgado na nota explicativa nº 16, a Companhia e sua controlada indireta, possuem parcelamentos de débitos fiscais previstos na Medida Provisória 470/2009, Leis 12.996/14 (Refis da Copa) e reabertura do parcelamento da Lei 11.941/09 (Refis da Crise), Lei 13.043/14, Lei 13.496/17 (PERT) esses valores que se encontravam no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os quais possuem saldo remanescente R\$ 49.444 mil consolidado em 31 de março de 2019. Ressalta-se que conforme descrito na nota explicativa nº 16.1.1 o Parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009 junto a Companhia indireta Companhia Minuano de Alimentos, optou em quitar de forma antecipada conforme benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos no parcelamento e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de homologação por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. A manutenção nos demais parcelamentos requer que os pagamentos sejam feitos respeitando as condições previstas em cada um dos parcelamentos, o não cumprimento das obrigações previstas resulta em uma possível exclusão da Companhia e sua controlada indireta dos parcelamentos tributários os quais implicaria em uma exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas. A liquidação destes parcelamentos depende dos pagamentos a serem realizados nos próximos exercícios nos prazos pactuados, sendo assim, não podemos afirmar neste momento que o saldo líquido apresentado nas demonstrações contábeis será liquidado pelos totais divulgados. Em caso das obrigações assumidas com os órgãos federais, não sejam honradas, as dívidas poderão ser recompostas, acrescidos de juros e multa definidos na obrigação original. Desta forma a regularização da dívida tributária da companhia e sua controlada indireta dependerá das medidas que estão sendo desenvolvidas pelos seus Administradores, com intuito de aumentar a geração de caixa, de forma que os parcelamentos sejam honrados nos prazos pactuados e os demais passivos tributários em atraso conforme nota explicativa 15 que totalizam o montante de R\$ 388.135 apresentadas pela Companhia em conformidade com os demonstrativos disponibilizados pelos órgãos federais sejam incluídos em outros parcelamentos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

3. Continuidade operacional

Chamamos a atenção para as informações divulgadas na nota explicativa nº 01 e para o fato de que a Companhia mesmo que no período de três meses tenha incorrido em lucro consolidado de R\$ 2.450 mil (prejuízo de R\$ 1.690 mil em 31 de março de 2018) possui passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 357.183 mil em 31 de março de 2019 (patrimônio líquido negativo de R\$ 359.634 mil em 31 de dezembro 2018), possui endividamento tributário, conforme notas explicativas 15 e 16. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa operacional e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em dezembro de 2018 a Companhia Minuano de Alimentos renovou, por prazo determinado, o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantém junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuarem operando. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos saldos anteriores

As demonstrações financeiras e informações trimestrais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de três meses findo em 31 de março de 2018, respectivamente, foram auditadas e revisadas por nós, as quais emitimos relatório dos auditores independentes datados de 29 de março de 2019 e 14 de maio de 2018, respectivamente, sem modificação de opinião e contendo parágrafo de Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e ênfase sobre Provisão para Crédito Prêmio IPI para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e parágrafos de ênfase sobre Provisão para crédito prêmio IPI, Passivos tributários parcelados e Continuidade operacional para o período de três meses findo em 31 de março de 2018. Adicionalmente na opinião relacionada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, continha como principais assuntos de auditoria "PAA" sobre os assuntos relacionados a (1) Valor recuperável (Impairment) de outros ativos, propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida, (2) Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamentos, (3) Obrigações tributárias não parceladas, e (4) Provisões e passivos contingentes – cíveis fiscais e trabalhistas.

Porto Alegre, 15 de maio de 2019.

Sergio Laurimar Fioravanti

Contador – CRCRS nº 48.601

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2019.

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de março de 2019.

Lajeado, 15 de maio de 2019.

Minupar Participações S.A.

Carla Luciane Diedrich

Diretora Presidente

Margareth Schacht Herrmann

Diretora

Samuel Heydt

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DE 31 DE MARÇO DE 2019.

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S.S., relativos às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de março de 2019.

Lajeado, 15 de maio de 2019.

Minupar Participações S.A.

Carla Luciane Diedrich

Diretora Presidente

Margareth Schacht Herrmann

Diretora

Samuel Heydt

Diretor de Relações com Investidores